



201

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº
323015-5

EMBARGANTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO : COLÉGIO SANTA EMÍLIA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, OPOSTOS PARA ATACAR DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PELA QUAL SE DEFERIRA, PARCIALMENTE, PLEITO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO ATIVO AO RECURSO, TENDO SIDO DETERMINADO, NA OPORTUNIDADE, QUE A EMBARGANTE FOSSE INTIMADA PARA, EM 24 (VINTE E QUATRO) HORAS A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA DAQUELE ATO DECISÓRIO, EXCLUIR INTEGRALMENTE O CONTEÚDO DE TEXTO QUE VINHA SENDO VEICULADO EM SUA PÁGINA ELETRÔNICA, RETIRANDO TAL POSTAGEM DO SITE EM QUESTÃO, BEM COMO SEUS COMPARTILHAMENTOS, SUPOSTAMENTE OFENSIVOS À REPUTAÇÃO DO AGRAVANTE/EMBARGADO, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO; O RECURSO INSTRUMENTADO, POR SEU TURNO, HAVIA SIDO MANEJADO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO CAUTELAR INOMINADA.


- CONTRARIAMENTE AO APONTADO PELA EMBARGANTE, NÃO HÁ QUALQUER OMISSÃO NA DECISÃO ATACADA, UMA VEZ QUE ESTA SE ENCONTRA CORRETA E ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA; A MATÉRIA TRAZIDA A JULGAMENTO FOI CONVENIENTE E ADEQUADAMENTE APRECIADA. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

202/

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração no agravo de instrumento de nº 323015-5, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator (julgamento realizado em 10/06/2014).

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



203

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº
323015-5

EMBARGANTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO : COLÉGIO SANTA EMÍLIA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO:

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face de decisão interlocutória, exarada no agravo de instrumento de nº 323015-5 (fls. 133/134v), pela qual se deferira parcialmente pleito de atribuição de efeito ativo àquele recurso, tendo sido determinado, na oportunidade, que a recorrida Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. fosse intimada para, em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência daquele ato decisório, excluir integralmente o conteúdo do texto intitulado "QUANTO VALE A VIDA DO SEU FILHO? A HISTÓRIA DE (...) NO COLÉGIO SANTA EMÍLIA" de sua página eletrônica, retirando tal postagem do *site* em questão, bem como seus compartilhamentos, supostamente ofensivos à reputação do agravante - ora embargado -, até ulterior deliberação, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora de descumprimento.

O agravo de instrumento, por seu turno, havia sido manejado em face de decisão interlocutória exarada em sede de ação cautelar inominada (processo de nº 0100468-67.2013.8.17.0001).

204

Agora, nos presentes embargos de declaração, assevera a embargante que a decisão proferida em 2ª instância seria de impossível cumprimento, tendo-se em vista que de seu texto não constaria a indicação das correspondentes URLs (obs: da sigla, em inglês, *Universal Resource Locator*, ou seja, Localizador Universal de Recursos) das matérias cuja retirada do ar fora pleiteada, sendo que, segundo a recorrente, a ausência de menção, no ato decisório atacado, a tais dados representaria omissão (artigo 535 do CPC) sanável pela via processual dos embargos declaratórios. Pugna, portanto, pelo acolhimento dos aclaratórios a fim de que seja sanada a omissão apontada, determinando-se ao embargado que informe as URLs dos conteúdos cuja veiculação pela Internet pretende ver bloqueada.

Intimado para apresentar suas contrarrazões recursais, tendo-se em vista o caráter infringencial dos presentes embargos, deixou o embargado transcorrer em branco o prazo para fazê-lo, consoante se depreende da leitura da certidão de fl. 197 dos autos.

É o relatório.

À votação.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



205

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO nº
323015-5

EMBARGANTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

EMBARGADO : COLÉGIO SANTA EMÍLIA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO:

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

Insurge-se a embargante contra decisão interlocutória, exarada nos autos do agravo de instrumento de nº 323015-5 (ver fls. 133/134v), pela qual se deferira parcialmente pleito de atribuição de efeito ativo àquele recurso, tendo sido determinado, na oportunidade, que a recorrida Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. fosse intimada para, em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência daquele ato decisório, excluir integralmente o conteúdo do texto intitulado "QUANTO VALE A VIDA DO SEU FILHO? A HISTÓRIA DE (...) NO COLÉGIO SANTA EMÍLIA" de sua página eletrônica, retirando tal postagem do site em questão, bem como seus compartilhamentos, supostamente ofensivos à reputação do agravante - ora embargado -, até ulterior deliberação, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora de descumprimento.

Aduz a recorrente, nos presentes embargos de declaração, que a decisão proferida em 2ª instância seria de cumprimento impossível,

tendo-se em vista que de seu texto não constaria a indicação das correspondentes URLs (obs: da sigla, em inglês, *Universal Resource Locator*, ou seja, Localizador Universal de Recursos) das matérias cuja retirada do ar fora pleiteada e deferida, sendo que, segundo a recorrente, a ausência de menção, no ato decisório atacado, a tais dados representaria omissão (artigo 535 do CPC) sanável pela via processual dos embargos declaratórios.

Ocorre que, conforme é cediço, a menção, constante da decisão impugnada, ao título do texto que originou a querela, bem como ao assunto ao qual se refere, faz-se mais do que suficiente para que a suplicada, ora embargante, mediante simples efetuação de pesquisa, localize as mencionadas URLs e cumpra, de imediato, o comando contido na decisão ora impugnada – qual seja, exclua integralmente o conteúdo do texto intitulado "QUANTO VALE A VIDA DO SEU FILHO? A HISTÓRIA DE (...) NO COLÉGIO SANTA EMÍLIA" de sua página eletrônica, retirando tal postagem do *site* em questão, bem como seus compartilhamentos -, sendo certo, doutra banda, que não cabe ao Poder Judiciário, tampouco à parte adversa, o fornecimento de tais dados, que é de inteira responsabilidade da embargante.

Assim, tem-se que, contrariamente ao apontado pela embargante, não há nenhuma omissão na decisão atacada, uma vez que esta se encontra correta e adequadamente fundamentada.

Com efeito, a matéria trazida à análise foi conveniente e adequadamente apreciada.

De mais a mais, o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas sim a julgar a questão posta a exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Além do mais, ao que se depreende da leitura das razões da embargante, esta objetiva, na verdade, a modificação do julgado, o que, em regra, mostra-se incabível, fazendo-se viável apenas em circunstâncias excepcionais.

Sobre a matéria, assim tem-se posicionado a jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO INFRINGENTE. ART. 535 DO CPC. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. A regra disposta no art. 535 do CPC é absolutamente clara sobre o cabimento de embargos declaratórios, e estes só têm cabimento para emprestar efeito modificativo à decisão, em hipótese de rara excepcionalidade. Não se prestam a um reexame da matéria de mérito decidida no acórdão embargado. Não se verifica qualquer contradição no *decisum*. Embargos rejeitados. (STJ - EDCL/MS 6.311/DF, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 17/12/99).

Diante de tudo isso, conclui-se que as alegações da embargante não merecem guarida.

Com tais considerações, por entender inexistentes os vícios descritos no artigo 535 do CPC, voto no sentido de rejeitar os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 10 de julho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator